



“A gestão do poder público em relação à política fundiária urbana tem mais favorecido à especulação do que o interesse social. Meu governo vai abrir oportunidades no setor privado.”

1. A Frente Brasília Popular reconhece a necessidade da terceira ponte do Lago Sul e também a da primeira do Lago Norte.

Porém, não há recursos orçamentários que permitam um investimento desse porte, cerca de R\$ 40 milhões só para a terceira ponte do Lago Sul. A permuta por terrenos para incorporações pode ser uma solução.

Outras alternativas de parceria também deve ser avaliadas sem preconceitos, como a contribuição de melhoria, a privatização da construção e a exploração das pontes.

2. O Plano Piloto de Brasília teve o privilégio de receber a distinção internacional como de interesse da humanidade, preservando-o para gerações presentes e futuras.

Entretanto, deve-se entender que a cidade possui uma dinâmica intensa, resultado de todos os tipos de interesses e da evolução das atividades humanas. Podemos admitir adequações, a fim de torná-la mais funcional, aprazível e econômica

sem abrir mão de sua concepção urbanística.

3. O adensamento será estudado nos vários núcleos urbanos do DF e, das alternativas disponíveis, não se deve excluir a elevação de gabarito em algumas áreas. Entretanto, este adensamento não é matéria simples nem pode ser tratada levianamente.

Outro ponto importante é a gestão dos bens públicos. Devemos saber que destino terão os recursos gerados pela ampliação do direito de construir nos terrenos beneficiados.

4. No DF, dois terços do território são de propriedade pública e o restante de propriedade privada. De fato, a gestão do Poder Público em relação à política fundiária urbana tem favorecido mais a especulação que o interesse social.

Deixaremos de beneficiar apenas três ou quatro grandes incorporadores para aumentar a oferta e reduzir os preços, democratizando as oportunidades da iniciativa privada e estimulando pequenos e médios construtores.

Valmir Campelo e Cristovam Buarque chegam ao final da campanha eleitoral para o governo de Brasília.

O vencedor da disputa, acirrada nas últimas semanas, terá a responsabilidade de realizar o programa administrativo e de obras prometido à população.

No setor do desenvolvimento urbano alguns desafios aguardam o novo governador. Entre eles a construção de uma terceira ponte sobre o lago Sul, devido ao congestionamento das duas existentes. O dinamismo do crescimento da cidade impõe decisões reclamadas pelo setor da construção civil, mas que se chocam com a necessidade de conservar o projeto original, tombado pelo Patrimônio Histórico.

Alguns desses principais problemas foram levantados pelo *Correio Braziliense*, a partir de entrevistas e reportagens com representantes do setor de engenharia da iniciativa privada e de órgãos do governo, como a Secretaria de Obras e a Terracap.

As questões foram apresentadas aos dois candidatos, na forma das seguintes perguntas:

1. Empresas privadas admitem construir nova ponte sobre o lago em permuta por terrenos para incorporações. Não haveria cobrança de pedágio. Essa proposta poderia ser estudada ou viabilizada pelo seu governo?

2. Há proposta para a revisão do plano arquitetônico e urbanístico da cidade e a reavaliação, pela Câmara Legislativa, do tombamento. Qual sua opinião a respeito?

3. Acha possível alterar o gabarito para determinados setores, de modo a ampliar a oferta de moradias? Pode ser ao menos cogitada a idéia de permitir a construção de edifícios residenciais nos lagos Sul e Norte, de forma setORIZADA e nos grandes terrenos, como os de 20 mil metros?

4. Pode ser alterado o sistema de vendas e parcelamento de terrenos, acabando com o monopólio da Terracap?

CARLOS MOURA



“Não podemos esquecer que o tombamento acabou abrangendo área muito maior do que o Plano Piloto. É uma questão para ser debatida com a comunidade, mas a área histórica deve ser preservada.”

1. A construção da Terceira Ponte do Lago Sul envolve duas opções: uma delas é a iniciativa direta do Governo do Distrito Federal, com a perspectiva de retorno dos investimentos a partir da cobrança de pedágio. A outra é a parceria com o empresariado privado, dentro de critérios que a comunidade viesse a aprovar. As duas podem ser estudadas, dentro do princípio de que é importante construir a ponte.

2. É necessário se rediscutir o tombamento de Brasília, preservando-se a área histórica da cidade e, principalmente, a área de influência federal, onde está mais presente a marca de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Não podemos desconhecer que o tombamento, como Patrimônio Cultural da Humanidade, acabou abrangendo área muito maior do que o Plano Piloto original e esta questão precisa ser discutida com a comunidade, ouvindo-se a Câmara Legislativa, o IBPC e até órgãos internacionais. O GDF deve tomar esta iniciativa, com autoridade, desde que seja um

anseio da comunidade.

3. A alteração de gabarito consta do nosso programa para a Ceilândia e algumas outras cidades-satélites, tal como fizemos na Administração Regional de Taguatinga. Tudo isso dentro de critérios técnicos rigorosos, e com o aval da comunidade. No caso da alteração de gabarito no Lago Sul e Lago Norte, constatamos profunda rejeição desta proposta nas comunidades daquelas áreas. Lembramos também que a nova cidade de Águas Claras já representa uma nova visão em relação à definição de gabarito, com prédios de até 12 andares, o que foi fruto de discussões técnicas e políticas ao longo dos últimos anos.

4. A Terracap gerencia terras públicas, com profundo know-how, e temos compromisso com os servidores dessa empresa de manter o seu papel dentro da estrutura do GDF, Brasília, como capital federal, se rege por parâmetros especiais e dentro desse contexto se justifica a existência da Terracap.